PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

PARECER INTERNO Nº 042/2022

PARECER JURÍDICO Nº 309/2022

EMENDA MODIFICATIVA Nº 025/2022 AO PROJETO

DE LEI ORDINÁRIA Nº 183/2022, DE AUTORIA DA

VEREADORA ELIENE SOARES DE SOUSA, QUE

"DISPÕE SOBRE A ASSISTÊNCIA INTEGRAL EM

SAÚDE À MULHER EM ESTADO DE CLIMATÉRIO

OU MENOPAUSA"

Interessado: DIRETORIA LEGISLATIVA

I - Relatório:

O objeto da presente análise é a Emenda Modificativa nº 025/2022, de autoria da Vereadora Eliene

Soares de Sousa, ao Projeto de Lei Ordinária nº 183/2022, proposto pela mesma parlamentar, que "Dispõe

sobre a assistência integral em saúde à mulher em estado de climatério ou menopausa", cujo escopo é

modificar a redação do *caput* do artigo 1º da proposição original.

A proposição foi lida na sessão plenária ordinária do dia 03 de novembro de 2022, e, de

conformidade com o rito regimental, veio para parecer prévio, a teor do que determina o artigo 215,

parágrafo 2º, do Regimento Interno.

É o relatório.

II - Análise Jurídica:

II.1 - Da Forma:

Quanto aos requisitos formais, impende observar que a Emenda Modificativa em análise atende às

disposições regimentais pertinentes, quais sejam:

a) ser acessória a uma proposição em trâmite (art. 215, caput);

b) alterar parte definida de um dispositivo (art. 215, II);

c) ser de iniciativa parlamentar (art. 215, § 1°, I, 'a');

d) ser pertinente ao assunto da proposição original e incidir sobre um só dispositivo (art. 215, II, 'a'

e 'b');

1

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

PARECER INTERNO Nº 042/2022

e) ser apresentada até o início da discussão, em proposição submetida a turno único (art. 215, III,

'a');

f) ser apresentada por escrito (art. 215, § 4°) e

g) não gerar incremento de despesas (art. 215, § 6°).

Considerando que a proposição em exame atende a todas as condicionantes acima expostas, não se

vislumbra óbice formal à sua tramitação.

II.2 – Da Matéria:

Como se vê do teor da Emenda Modificativa em questão, seu objetivo é alterar o texto da cabeça do

artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 183/2022, que conta com a seguinte redação:

"Art. 1º O Poder Executivo poderá prestar assistência integral às mulheres

assegurado (SIC) atendimento especializado em estado de climatério ou pós-

climatério na rede municipal de saúde."

O texto do artigo 1º, se aplicada a alteração da emenda, restaria o seguinte:

"Art. 1º O Poder Executivo prestará assistência integral às mulheres, assegurando

atendimento especializado em estado de climatério ou pós-climatério na rede

municipal de saúde."

Interessa apontar que a alteração da redação proposta pela emenda em análise decorre da atuação

da Procuradoria da Câmara nos processos legislativos, tendo a propositora acatado as orientações

expedidas no Parecer Jurídico nº 296/2022, de lavra do Procurador Cícero Carlos Costa Barros, que

recomendou fosse reescrito o caput do artigo 1º da proposta, eis que a expressão "poderá prestar" poderia

dar azo à interpretação de que o projeto de lei em tela tivesse caráter de lei autorizativa de ato cuja

competência já é do Chefe do Poder Executivo, o que o macularia de inconstitucionalidade, a teor de

jurisprudência já consolidada.

Logo, não se vislumbra qualquer defeito, também na matéria, capaz de macular a proposição em

exame, posto que a emenda se restringe a corrigir o defeito que incidia sobre o caput do artigo 1º do

Projeto de Lei Ordinária nº 183/2022.

2



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 042/2022

III - Conclusão:

À vista de todo o exposto, esta Procuradoria **ENTENDE**, **CONCLUI** e **OPINA** pela regimentalidade, legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa nº 025/2022 ao Projeto de Lei Ordinária nº 183/2022, de autoria da Vereadora Eliene Soares de Sousa, que visa alterar o texto do *caput* do artigo 1º da proposta original.

É o parecer.

Parauapebas/PA, 03 de novembro de 2022.

ALANE PAULA ARAÚJO Procuradora Geral Legislativa Portaria nº 007/2021